

ISSN 2675-9934

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José Renato
de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº18 janeiro/2022

OIPP

**Boletim de
Políticas Públicas**
Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (OIPP)

Conselho editorial

Agnaldo Valentin
Alexandre Ribeiro Leichsenring
André Gal Mountian
Cristiane Kerches da Silva Leite
Graziela Serroni Perosa
José Carlos Vaz
Ursula Dias Peres
Valeria Barbosa de Magalhaes
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

Editor

André Gal Mountian

Vice-editor

Agnaldo Valentin

Produção e divulgação

Viviani Oliveira Fernandes
Paulo Pereira da Silva
Danilo Rastaino Freire de Sá

Contato

E-mail: boletimoipp@gmail.com

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP



Sumário

Pesquisas em Políticas Públicas

Requalificação do Anhangabaú: a entrada do tema na agenda governamental.....6

Julia Caetano e Magaly Marques Pulhez

Verdadeiro Black Metal: *Welfare State* e uma cultura de consumo distópica na Noruega..... 13

Jady Gabrielle Silva, Marta Maria Assumpção Rodrigues

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

Investimento Público e Desenvolvimento Econômico: notas de um possível diálogo entre Keynes e Rosenstein-Rodan 20

André Gal Mountian

Pesquisas em Políticas Públicas

Requalificação do Anhangabaú: a entrada do tema na agenda governamental

Julia Caetano¹ e Magaly Marques Pulhez²

1. Introdução

O Vale do Anhangabaú é um cartão postal localizado entre os viadutos do Chá e Santa Ifigênia no Centro Histórico de São Paulo e faz conexões com a Praça Ramos de Azevedo, Largo do São Bento e Praça da Bandeira. O espaço tem destaque por sua relação simbiótica com a cidade de São Paulo, demarcando um processo em que as mudanças ocorridas na sua estrutura não são definidas explicitamente entre causa e consequência, o desenvolvimento da cidade impacta o Vale enquanto este influencia processos em São Paulo. Sua mais recente transformação foi iniciada em junho de 2019 e alterou completamente sua aparência.

Apesar da surpresa de muitos com os tapumes na região de “uma hora para outra”, o tema já era discutido há anos por diferentes gestões municipais, com avanços e retrocessos no projeto. Neste sentido, e utilizando-se do modelo teórico de Múltiplos Fluxos de John Kingdon para análise de políticas públicas, a pergunta que esta pesquisa pretende responder é a seguinte: o que explicaria a dimensão e o momento desta intervenção?.

2. O Vale do Anhangabaú

Entre as suas transformações, o Vale foi de “plantações de chá e agrião, pântano insalubre e território de ‘rãs coaxantes’” para “um dos espaços públicos que mais se transformou, simbólica e espacialmente, na capital paulista ao longo do século XX” (Miller, 2017, p. 40-1). A remodelação do Vale do Anhangabaú para parque

¹ Graduada em Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

² Docente do Instituto das Cidades / Unifesp, e pesquisadora associada do Centro de Estudos da Metrópole (CEM)

na década de 1910 foi uma obra de dimensão até então inédita para a cidade, com o aumento do fluxo de carros. Anos depois o parque foi destruído para construção da Avenida Anhangabaú (atual 23 de Maio), no fundo do Vale (Hereñú, 2007). Após ações pontuais, como a inauguração da estação de metrô São Bento (1975), foi apenas com o “Concurso Público Nacional para Elaboração do Plano de Reurbanização do Vale do Anhangabaú”, de 1981, que grandes mudanças foram propostas.

Como resultado do concurso, em 25 de janeiro de 1992 foi inaugurado o “novo Vale” com túnel e praça para eventos e manifestações, mas apesar das comemorações iniciais, o espaço tornou-se rápida e novamente alvo de críticas. Desde então, com maior ou menor intensidade, o Vale do Anhangabaú foi sempre tema de debate das gestões municipais.

Já em 1996, a Associação Viva o Centro propôs um novo projeto para o Vale e no mesmo ano a própria prefeitura organizou um concurso de ideias para transformação do centro que incluía o Anhangabaú. Em sequência, todas as gestões desde então discutiram projetos para a região, com maior ou menor atenção. Contudo, o que o modelo de Múltiplos Fluxos (Capella, 2006) aponta é que, para que um tema passe a compor a agenda governamental, não basta que ele seja tratado como um **problema**, mas é preciso que haja também uma **solução viável disponível e cenário político favorável**. Nesse sentido, é preciso entender, portanto, as condições políticas que permitiram as transformações vultosas encampadas no período mais recente.

3. A requalificação de 2019

É a partir de 2006 que as diretrizes da intervenção implementada em 2019 começam a ser desenhadas. Em meio ao projeto Quadra 27³, a A Institute for Transportation &

³ O objetivo deste projeto era a criação de um polo cultural na região central, mais especificamente no quadrilátero das ruas Conselheiro Crispiniano e da Formosa (Vale do Anhangabaú), da Avenida São João e da Praça Ramos de Azevedo.

Development Policy (ITDP)⁴ caracterizou o Vale do Anhangabaú como o local perfeito para desenvolver um forte coração simbólico e a cara de São Paulo” (p. 5). No mesmo ano o ITDP trouxe ao Brasil “palestrantes como Enrique Penalosa, ex-prefeito de Bogotá, Tim Tompkins, diretor executivo da Times Square Alliance de Nova York, e David Sim, associado do escritório Jan Gehl Architects de Copenhague”, além de promover encontros com servidores públicos, planejadores e arquitetos. Foram dois workshops de apresentação da metodologia de Jan Gehl⁵ aplicada à Quadra 27 e ao Vale⁶, o trabalho seguiu em 2007 e gerou um relatório sobre a região. Luis Eduardo Surian Brettas⁷ foi um dos participantes e declarou à Revista Projeto que “o objetivo era pensar, nos médio e longo prazos, pontos importantes para o futuro da cidade de São Paulo. Saiu dali a pauta da requalificação do Vale do Anhangabaú, com a constatação da escassa permanência das pessoas na área”⁸.

O dinamarquês Jan Gehl carrega o discurso da cidade mais amigável e feita para pessoas. Gehl fundou a consultoria *Gehl Architects* em 2000 e desde então já atuou em projetos de

⁴O ITDP (Institute for Transportation & Development Policy) promove o transporte igualitário e o desenvolvimento sustentável em escala mundial. www.itdp.org O trabalho do ITDP no Brasil é financiado pela Fundação Hewlett.” Disponível em: https://itdpdotorg.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/ITDP_Gehl-Sao-Paulo-report-Final-Rev-2007.06.22.pdf

⁵“GEHL Architects desenvolveu métodos de trabalho que possibilitam um tipo de planejamento e desenho urbano no qual as pessoas e suas atividades são consideradas em primeiro lugar. A qualidade dos espaços é analisada com base nos critérios desenvolvidos sob a perspectiva das pessoas, e as soluções e recomendações para espaços, paisagens e edifícios são baseadas nestes critérios” (p.8). Disponível em: https://itdpdotorg.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/ITDP_Gehl-Sao-Paulo-report-Final-Rev-2007.06.22.pdf

⁶Disponível em: https://itdpdotorg.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/ITDP_Gehl-Sao-Paulo-report-Final-Rev-2007.06.22.pdf

⁷Luis Eduardo Surian Brettas é arquiteto e urbanista formado na Faculdade Farias Brito, mestrando em ciências, na Poli/USP. É superintendente do Desenho da Paisagem da São Paulo Urbanismo, desde 2005, coordenando equipes e desenvolvendo projetos de interesse da cidade.” (2014)

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/download/83551/86478/116219>

⁸Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/prefeitura-municipal-de-sao-paulo-jan-gehl-pjj-malucelli-mario-biselli-consorcio-central-requalificacao-e-reurbanizacao-do-vale-do-anhangabau-sao-paulo/>

renovação em Nova York (ruas fechadas e ciclovias), São Francisco, Melbourne, Sydney, Moscou e Rio de Janeiro.⁹ O relatório final da passagem de Gehl por São Paulo enfatizou a necessidade de uma cidade focada no pedestre e permanência nos espaços públicos, as diretrizes para uma mudança no Vale abarcariam a criação de espelhos d'água, melhoria em bancos, quiosques, mais espaços de recreação e eventos, entre outros.

Contudo, apesar da mobilização, o projeto não foi implementado pela gestão Gilberto Kassab do Democratas (DEM). Para Helena Orenstein de Almeida, diretora do ITDP Brasil, a causa gira em torno “[d]as mudanças administrativas e políticas entre um governo e outro, que geralmente causam descontinuidade”¹⁰. Alguns anos depois, o assunto foi reavivado pela gestão do petista Fernando Haddad (2013-2016), com a meta 72 de requalificação dos espaços públicos na região central, conforme o Programa de Metas do governo.

A metodologia participativa e colaborativa do arquiteto Jan Gehl foi então retomada através do projeto "Centro, Diálogo Aberto"¹¹ em 2013, a ideia agora não seria apenas discutir ou estabelecer diretrizes, mas avançar na aplicação de três projetos pilotos no centro. As intervenções focadas na permanência foram implementadas no Largo São Francisco, Largo do Paissandu e Avenida São João, Rua Galvão Bueno e Largo São Bento¹² entre 2013 e 2016¹³.

Ainda em 2016 foi publicado o edital para contratação da empresa que executaria as mudanças no Vale, após diversas interposições de recursos pelas empresas interessadas, a saída de

⁹Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetos/jan-gehl/>

¹⁰ Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/?sc=tl/2007-05>

¹¹Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/brochura_cda_7_10_13.pdf + críticas por participação

¹²Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-piloto-2/>

¹³Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/prefeitura-municipal-de-sao-paulo-jan-gehl-pjj-malucelli-mario-biselli-consorcio-central-requalificacao-e-reurbanizacao-do-vale-do-anhangabau-sao-paulo/>

Fernando Haddad (PT) e a entrada de João Doria (PSDB). Em novembro de 2017 publica-se no Diário Oficial o escolhido na licitação modalidade concorrência, o Consórcio Central. Somando os atrasos e o curto mandato de João Doria (que ficou como prefeito entre 1 de janeiro de 2017 e 6 de abril de 2018), foi com Bruno Covas (PSDB) que a obra de requalificação do Anhangabaú se iniciou.

Com o Vale já entendido como um problema, ao assumir o cargo de secretário de Desenvolvimento Urbano em 2018, Fernando Chucre se deparou com o recém assinado contrato com o Consórcio Central para execução da requalificação do Anhangabaú, contudo, não havia direcionamento para o seu início. Em conversa com Bruno Covas (PSDB) foi então apresentada a situação, a importância da implementação no grupo de ações para área central e a viabilidade econômica do projeto (por conta da alta arrecadação do Fundo Municipal de Urbanização - Fundurb¹⁴), e, neste cenário, o prefeito optou pela execução da obra. Uma solução já disponível acelerou o processo para a tomada de decisão.

4. Considerações finais

Independente da intensidade e “efetividade” das transformações no Vale, todas tiveram forte conexão com as redefinições da cidade de São Paulo: da capital do café à metrópole da era industrial. No caso atual, um dos argumentos para as mudanças no Vale foi (novamente) a retomada do centro, a procura por tornar a região central da cidade mais atrativa. Mas como esse discurso não é exclusivo de uma gestão e há anos o tema é debatido e obras e instrumentos urbanísticos são propostos, por que a mudança veio agora? Como estava o cenário dessa vez?

¹⁴ Criado em 2002, o Fundurb é “um instrumento contábil destinado à realização de investimentos em projetos urbanos que visem à realização dos objetivos do plano diretor em vigor”, sendo a Outorga Onerosa do Direito de Construir sua principal fonte de recurso (Paim, 2019). Apesar de todo valor arrecadado nas Operações Urbanas irem para o Fundurb, os valores são individuais e só podem ser utilizados dentro do perímetro definido por cada Operação.

Levando em consideração o modelo de Múltiplos Fluxos, para que um tema entre na agenda governamental é necessária a convergência de três fluxos independentes: problema, solução e política. Ou seja, por mais que nos vinte e sete anos que separam a entrega do Vale como praça de eventos e o início da sua reforma em 2019 importantes ações tenham ocorrido, foi apenas na gestão Bruno Covas que o Vale foi visto como um problema com uma solução viável em um cenário favorável politicamente.

O modelo de Múltiplos Fluxos propõe-se a analisar os processos de formação de agenda e de alternativas para formulação de políticas públicas. Desta forma, para um posterior desdobramento deste estudo, um caminho seria investigar a implementação e avaliar a requalificação do Vale do Anhangabaú, analisando os conflitos entre grupos de interesse e o cumprimento ou não dos objetivos propostos, isso a partir da literatura sobre políticas do urbano e avaliação de políticas públicas. Especialmente pelo fato de que, uma vez finalizada a requalificação do Vale, o local passou por uma concessão à iniciativa privada.

Referências bibliográficas

CAPELLA, A. C. N. PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. BIB. REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 61, p. 20-40, 2006.

HEREÑÚ, PABLO EMILIO ROBERT. SENTIDOS DO ANHANGABAÚ. 2007. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM PROJETO, ESPAÇO E CULTURA) - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2007. DOI:10.11606/D.16.2007.TDE-17052010-145047. ACESSO EM: 2021-07-24.

MILLER, CARLOS EDUARDO MURGEL. REURBANIZAÇÃO DO VALE DO ANHANGABAÚ: PROPOSTAS PARA A RECRIAÇÃO DE UMA PAISAGEM. 2017. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM PAISAGEM E AMBIENTE) - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, UNIVERSITY OF SÃO PAULO, SÃO PAULO,

2017. DOI:10.11606/D.16.2018.TDE-05072017-102653. ACESSO EM:
2021-07-03

Verdadeiro Black Metal: *Welfare State* e uma cultura de consumo distópica na Noruega

Jady Gabrielle Silva¹⁵, Marta Maria Assumpção Rodrigues¹⁶

Este artigo apresenta um fragmento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em Gestão de Políticas Públicas, intitulado “O Verdadeiro Black Metal: Análise de uma Cultura de Consumo Distópico no Contexto do Estado de Bem-Estar Social Norueguês”, apresentado na EACH-USP, em 2021. Focaliza o tema do Estado de Bem-Estar norueguês, a partir do estudo de um movimento cultural de ruptura neofascista, que aconteceu nos anos 1990.

O objetivo deste trabalho foi compreender os impactos do que Podoshen (2014) denomina de uma “cultura de consumo distópica” no âmbito do Estado de Bem-Estar Social escandinavo. Afinal, como nos lembra Darcy Ribeiro (1998), o processo civilizatório se dá também a partir do surgimento de movimentos de ruptura. E, como gestores de políticas públicas, é necessário que sejamos capazes de conhecer, reconhecer e buscar entender as diversas formações culturais, assim como a psique dos indivíduos que as compõem, uma vez que, em tal posição, agimos com força de manutenção ou de expansão do *status quo*.

***Welfare State* e Cultura Distópica**

O Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) é um sistema de proteção social que surgiu na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, para garantir direitos de cidadania e bem-estar aos cidadãos e cidadãs no âmbito dos serviços de saúde, educação, habitação, cultura, segurança, transporte etc. Nos países

¹⁵Graduanda do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

¹⁶ Ph.D. em Ciência Política, pela *University of Notre Dame*, professora aposentada da USP e psicanalista.

escandinavos, o modelo de Estado de Bem-Estar Social, denominado de Social Democrata (Esping-Andersen 1991), tem caráter universalista (todos usufruem e todos financiam), promove a desmercadorização da força de trabalho (benefícios básicos e igualitários para todos, independente dos ganhos e/ou contribuições no mercado de trabalho) e a redistribuição de renda. No caso da Noruega, em particular, que é um país com aproximadamente cinco milhões de habitantes, além de participar do rol de países do Estado de Bem-Estar Social Democrata, conquistou também a primeira posição no *World Happiness Report* (Índice Médio da Felicidade) no ano de 2017 (Sachs et alli 2017).¹⁷ Em meio a esse cenário econômico e socialmente robusto, surge um movimento chamado de Verdadeiro Black Metal, que vai precisamente na contramão da "utopia nórdica".

Iniciado no Reino Unido, nos anos 1980, o gênero musical de Black Metal surgiu de uma ramificação do Heavy Metal. Quando chegou aos países escandinavos (na década de 1990), passou a ser chamado de o Verdadeiro Black Metal, apresentando uma musicalidade com estruturas não convencionais de arranjos musicais, gravações brutas, gritos estridentes e o vocal gutural (Phillipov 2011). Segundo Podoshen (2014), a principal característica do Verdadeiro Black Metal norueguês era de se apresentar como uma "cultura de consumo distópica", onde os membros dessa *cena*¹⁸ procuravam vivenciar a distopia (a profanação, o sofrimento, o abandono e a solidão) em oposição à utopia. Sob o slogan "*no mosh, no core, no trends, no fun*", esse cenário musical exaltava a natureza do país, a ascendência nórdica, a filosofia niilista e uma religião própria. Alegando retaliação ao cristianismo e reivindicando uma herança pagã, os membros de bandas como Burzum, Darkthrone, Emperor, Immortal e Mayhem,

¹⁷ O índice de felicidade busca captar: PIB per capita, expectativa de vida, liberdade para realizar as próprias escolhas, generosidade, apoio social e exposição da corrupção.

¹⁸ Entende-se por *cena* os espaços físicos ou virtuais não estáticos, onde os indivíduos compartilham paixões e preocupações com um conjunto de questões e familiaridades (Teitelbaum 2017: 9).

que juntas formavam o *Inner Circle*, foram autores de diversos crimes que impactaram o país (Phillipov 2011).

Entre 1991 e 1994, por exemplo, membros da “cena” queimaram diversas igrejas (como a *Åsane* e *Skjold Church*) e, em 1993, quinze participantes do *Inner Circle* foram presos por praticarem vários atos criminosos - como assaltos, estupros e assassinatos de homossexuais e de membros de dentro da própria “cena”. Em 1992, Bard “Faust” Eithun foi condenado a 14 anos de prisão pelo assassinato de um jovem homossexual, Magne Andreassen, que morreu após receber 37 facadas; em 1993, Varg Vikernes foi condenado à pena máxima da Noruega (21 anos de prisão) pelo assassinato de Euronymous, seu colega de banda, que foi assassinado com 25 facadas. Mais tarde em 1998, Jon Nödtveit, membro da banda Dissection, foi condenado a sete anos pelo homicídio de outro jovem homossexual, Josef Ben Madaour; Nödtveit cometeu suicídio no ano de 2006, após cumprimento de pena. Um caso mais recente foi o de um membro da banda Gorgoroth, condenado a 14 meses de prisão após espancar um homem de 41 anos ameaçando beber seu sangue.

Vale salientar, porém, que tais crimes foram cometidos por um pequeno grupo de jovens noruegueses que, na época, representavam a cena periférica do metal – e não a comunidade norueguesa como um todo, onde esses jovens estavam inseridos (Phillipov 2011).

Considerações Finais

O TCC, no qual este artigo se baseia, foi inspirado numa questão que surgiu a partir de uma aula (disciplina Introdução ao Estudo de Políticas Públicas) sobre um artigo seminal de Esping-Andersen (1991), que tipifica o Estado de Bem-Estar Social. A pergunta era: o que levou jovens noruegueses a escolherem vivenciar sofrimento, abandono, solidão e profanação, praticando crimes bárbaros e diversos tipos de violência, num contexto de *Welfare State* tão

eficiente, que propicia uma vida de qualidade altíssima, tomando como base, inclusive, a desmercadorização? Essa questão é complexa principalmente por levar em conta a individualidade de cada participante do movimento; por isso, não tivemos a intenção de *explicar* o movimento cultural do Verdadeiro Black Metal, mas apenas destacar alguns padrões que a literatura especializada nos informou.

Neste sentido, podemos afirmar com Teitelbaum (2017: 8) que a “cena” era composta majoritariamente por jovens brancos (ou de meia idade), de classe média, heteronormativos do sexo masculino, tendo a maioria passado pelo movimento *Skinhead* e algum histórico de confrontos violentos com ativistas anarquistas. Em busca de *status* na comunidade *underground* norueguesa ou mesmo se juntando a uma ideologia racial e excludente, estes jovens escolheram divergir da via democrática e agir através de grupos paramilitares ou gangues de rua.

Ao tentar compreender melhor esse panorama cultural violento, buscamos entender também como a sociedade norueguesa e seus representantes políticos lidaram com esses acontecimentos, quais as lições aprendidas e como elas se refletiram nas políticas públicas do país. Surpreendentemente, descobrimos que, após a resolução de todas as pendências jurídicas envolvendo os crimes cometidos, o governo norueguês buscou abraçar o Verdadeiro Black Metal como parte integrante da identidade nacional.

Para além da música, um reconhecimento importante aconteceu quando o governo norueguês ofereceu um curso para diplomatas residentes no país voltado ao Verdadeiro Black Metal. O curso visou instituir um programa de treinamento, onde elementos da cultura norueguesa foram apresentados, para promover uma maior compreensão do gênero e fomentar a cultura e o turismo no país (Morris 2013).

Além disso, em 2001, por exemplo, o *Spellemannprisen* (premição anual norueguesa semelhante ao Grammy Latino) introduziu a categoria Metal para prestigiar, especificamente,

músicos cuja obra cobriria este subgênero; com isso, o primeiro prêmio foi entregue à banda Dimmu Borgir, que é uma banda de Black Metal sinfônico, formada em 1993. Após esse prêmio, a banda ganhou, na mesma categoria, nos anos de 2003 e 2007. Também, a prestigiada Norwegian Radio Orchestra promoveu, em uma inusitada parceria com o Dimmu Borgir, um concerto *Oslo Spektrum Arena*, exibido simultaneamente na televisão, em 2011.¹⁹ Mais recentemente, a banda Mayhem ganhou notoriedade e reconhecimento pela indústria de música local, quando venceu o prêmio *Spellemannprisen*, em 2021.²⁰

Nestes termos, pessoas de todo lugar do mundo (*backpackers*) viajam para a cidade de Oslo com o intuito de estar mais próximas da cena. Existem diversos lugares onde os amantes do gênero possam visitar e compartilhar seus gostos em comum, de festivais de música, casas de shows, lojas de discos famosas e restaurantes temáticos. Como ressaltou Morris (2013): “*Norwegian Black Metal elevates the articulation of identity beyond its own imagined borders to national and cultural levels enabling Norwegians to look past the controversy of the scene’s origins*”.

Assim, acreditamos ser fundamental notar a necessidade de se entender e identificar o que leva à formação de culturas de consumo distópicas, ou de qualquer manifestação *underground*, que seja considerada diferente das comuns. Certamente, esses movimentos de ruptura são reflexos de algum posicionamento político ou da falta explícita de políticas públicas voltadas à juventude. Por tudo isso, este artigo conclui ser necessário que atores políticos sejam capazes de reconhecer e compreender movimentos de ruptura semelhantes, e que a mídia seja capaz de favorecer essa compreensão - ou que, no mínimo, não contribua para insuflar pânico morais e sociais.

¹⁹ <https://www.nocleansinging.com/2011/05/31/dimmu-borgir-in-oslo/> Acesso em 22 Janeiro de 2022.

²⁰ LOUD!.”MAYHEM: Foram premiados com um SPELLEMANNPRISEN, o equivalente norueguês aos GRAMMYS”. 17 de Abril de 2010. Disponível em: <<https://www.loudmagazine.net/mayhem-foram-premiados-com-um-spellemannprisen-o-equivalente-noruegues-aos-grammys/>>. Acesso em 25 Maio 2021.

Referências Bibliográficas

ESPING-ANDERSEN, G. "As Três Economias Políticas do Welfare State", *Lua Nova*, n. 24, set. 1991, p.85-116.

HELLIWELLI, J.; LAYARD, R.; SACHS, J., *World Happiness Report 2017*. New York: Sustainable Development Solutions Network. 2017.

MORRIS, C. *The New Romantics: Norwegian Black Metal and National Identity*. University College London. 2013.

PHILLIPOV, M., "Extreme Music for Extreme People? Norwegian Black Metal and Transcendent Violence". *Popular Music History*, n. 6.1/ 6.2, 2011, p.150-163.

PODOSHEN, S. J., "Theoretical Reflections on Dystopian Consumer Culture: Black Metal", *Marketing Theory*, n. 14, 2014, p. .207- 27.

RIBEIRO, D. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural*- Companhia das Letras. 1998.

TEITELBAUM, B. R. *Lions of the North: Sound of the new radical nationalism*. Oxford University Press. 2017.

**Sociedade,
Políticas Públicas
e Gestão
Governamental**

Investimento Público e Desenvolvimento Econômico: notas de um possível diálogo entre Keynes e Rosenstein-Rodan

André Gal Mountian²¹

1. Introdução

Rosenstein-Rodan e John Maynard Keynes formularam dois conceitos muito importantes na história do pensamento econômico, o *Big Push* e a socialização do investimento, respectivamente. O *Big Push* está relacionado à ideia de que o desenvolvimento não é um processo contínuo e que, portanto, os países em desenvolvimento precisam de um “grande empurrão” para saírem da armadilha em que se encontram. Já a socialização do investimento diz respeito à impossibilidade de uma economia mercado proporcionar o pleno emprego, devido à instabilidade do investimento, sendo necessário, portanto, uma ampliação das funções do Estado na vida econômica.

Esse artigo pretende estabelecer um diálogo entre esses dois conceitos, buscando avaliar em que medida é possível aproximar essas abordagens, buscando possíveis ganhos interpretativos. Serão avaliados, em um primeiro momento, os diagnósticos dos autores, ou seja, por que o *Big Push* e a socialização do investimento seriam necessários no âmbito de uma economia de mercado, procurando construir um quadro interpretativo desses conceitos. Em seguida, serão estabelecidas algumas pontes de diálogo entre essas abordagens no sentido de buscar possíveis convergências e divergências teóricas. Por último são apresentadas as conclusões finais.

²¹ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP) e do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

2. O *Big Push* de Rosenstein-Rodan

Paul N. Rosenstein-Rodan é considerado um dos fundadores e principais expoentes da área do Desenvolvimento Econômico, disciplina constituída após a Segunda Guerra Mundial, para pensar os problemas econômicos dos países subdesenvolvidos. O autor, entre os anos de 1942 e 1945, constituiu um grupo de trabalho, organizado no *Royal Institute for International Affairs*, em Londres, para estudar estas questões, em oposição aos temas correntes à época, voltados aos problemas de guerra. Nesse contexto, a principal preocupação do autor era que, uma vez terminado o conflito, houvesse uma distribuição de renda mais equânime entre as diferentes regiões do mundo, ou seja, que não se retornasse ao *status quo* que prevalecia antes da guerra. (ROSENSTEIN-RODAN, 1984, p.207).

Em 1943, Rosenstein-Rodan publicou o famoso artigo, *Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*²², em que foram introduzidas muitas das suas ideias, em especial, a do *Big Push*, conceito que ajudou a constituir a disciplina do Desenvolvimento Econômico e influenciou muitos pesquisadores, tanto em seus aspectos teóricos, quanto em suas possíveis aplicações em termos de políticas para o desenvolvimento. As linhas abaixo abordam o conceito de *Big Push* da perspectiva do seu diagnóstico, ou seja, determinam os motivos que levam os países em desenvolvimento a necessitarem de um “grande empurrão” para escaparem da armadilha de subdesenvolvimento em que se encontram. Nesse bojo, serão avaliadas as principais questões teóricas que fundamentam a necessidade do *Big Push*.

Uma das preocupações centrais de Rosenstein-Rodan (2010) era com a má distribuição de renda entre as diferentes partes do mundo. Para o autor, o caminho para superar essa condição seria a

²² O artigo original foi publicado no *Economic Journal*, vol. 53 (Junho-Setembro, 1943). A versão que será utilizada nesse artigo será a da coletânea *A Economia do Subdesenvolvimento*, organizada por A.N. Agarwala e S.P. Singh, da edição de 2010.

industrialização das áreas pobres, que as permitiria crescer a uma taxa mais elevada do que as regiões ricas. (ROSENSTEIN-RODAN, 2010, p.265). No entanto, o tipo de industrialização preconizado pelo economista não encontra paralelo com a ocorrida no início do século XIX. Dessa forma, tirar os países subdesenvolvidos da armadilha de pobreza em que se encontram exigiria outro conjunto de políticas e, acima de tudo, outro quadro teórico que fundamentasse esse processo.

O empreendimento que Rosenstein-Rodan tinha em mente quando tratava da questão do *Big Push* era o da transformação produtiva de uma região internacional deprimida, marcada por um excedente de população agrária, em uma região industrializada e formada por trabalhadores industriais com alto capital humano. (ROSENSTEIN-RODAN, 2010, p.267). Segundo o autor, essa empreitada somente teria alguma chance de sucesso se a região recebesse, de forma simultânea, um patamar mínimo de recursos que a possibilitasse um crescimento autossustentado. O economista compara esse processo à decolagem de um avião.

Launching a county into self-sustaining growth is a little like getting an airplane off the ground. There is a critical ground speed which must be passed before the craft can become airborne...Proceeding 'bit by bit' will not add up in its effects to the sum total of the single bits. A minimum quantum of investment is a necessary, though not sufficient, condition of success. This, in a nutshell, is the contention of the theory of the big push. (ROSENSTEIN-RODAN, 1961, p.57).

Dessa forma, para Rosenstein-Rodan, o desenvolvimento não seria um processo contínuo, no sentido de que se realizaria em pequenas etapas, de forma suave. Ao contrário, o desenvolvimento tem uma natureza descontínua, caracterizada pelo autor como *natura facit saltum*, ou seja, a natureza dá saltos²³. (ROSENSTEIN-RODAN, 1984, p.207).

²³ A expressão *natura facit saltum* foi uma alusão à *natura non facit salton*, a natureza não dá saltos, cunhada por Alfred Marshall por acreditar ser a mais apropriada à ciência econômica. (ROSENSTEIN-RODAN, 1984, p.208).

A existência de descontinuidades no processo de desenvolvimento está relacionada à existência de indivisibilidades na demanda e na função de produção. Tais indivisibilidades possuem um duplo caráter, pois, se de um lado, aparecem como barreiras ao processo de desenvolvimento, de outro, quando ultrapassado o patamar mínimo de investimento – ou seja, quando ocorre o *Big Push* – as firmas individuais começam a tirar proveito das economias externas geradas pelo conjunto da economia. Além das indivisibilidades, outra forma de economias externas que podem acompanhar o processo de desenvolvimento são as economias externas tecnológicas, ligadas à hipótese da não apropriabilidade. Esses fenômenos serão descritos abaixo.

(a) Indivisibilidade da Demanda

De acordo com o economista austríaco, se uma firma individual implementar um projeto de investimento de forma isolada, o risco de não encontrar mercado para o seu produto é grande e, portanto, o empreendimento pode não ser viabilizado. Nesse sentido, o autor argumenta que a industrialização dos países subdesenvolvidos deveria ser pensada de forma integrada, por meio da criação simultânea de um conjunto de indústrias complementares, de forma a minimizar o risco do empreendimento como um todo. O conhecido exemplo da fábrica de sapatos ilustra bem esse ponto: vinte mil trabalhadores são deslocados do campo, com desemprego disfarçado (produtividade marginal igual à zero) e alocados para trabalhar numa fábrica de sapatos. Se eles gastarem toda sua renda com sapatos, a fábrica encontrou demanda para os seus produtos. Mas não é isso o que acontece, uma vez que os trabalhadores não gastam toda a sua renda adicional com sapatos. No entanto, se um milhão de trabalhadores fossem colocados não em uma indústria, mas em uma série de indústrias que produzem a maior parte dos bens adquiridos com os salários dos trabalhadores, estaria garantida a demanda para todo o mercado, na medida em que cada indústria é demandante da outra. De acordo com o autor, “a criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo

reduziria o risco de insuficiência de procura”. (ROSENSTEIN-RODAN, 2010, P.269).

(b) Indivisibilidade na função de produção

Rosenstein-Rodan (1961, p.60-61) chama a atenção que o lado da oferta da economia também pode ser fruto de indivisibilidades, ligados aos insumos, métodos e produtos, que dão origem a retornos crescentes e podem exigir um tamanho elevado das firmas para a sua realização. Para o autor, a maior instância de indivisibilidades e economias externas é a infraestrutura social [*social overhead capital*], pois exigem um alto investimento mínimo e criam oportunidades de investimentos para outras indústrias. São exemplos dessa infraestrutura as indústrias básicas de energia, transporte e comunicação, além de um conjunto de diferentes utilidades públicas, que consumiriam de 30 a 40 por cento do investimento total, ou seja, do *Big Push*.

(c) Economias Externas Tecnológicas

Outra fonte de retornos crescentes, especialmente importantes nos países subdesenvolvidos, são as economias externas tecnológicas. Esse não é um caso de indivisibilidade, mas de não apropriabilidade, cujo exemplo mais destacado pelo autor é a impossibilidade de apropriação do investimento em capital humano por parte de uma empresa individual.

Caso a industrialização dos países subdesenvolvidos ocorra da forma sugerida pelo autor, ou seja, como um conjunto simultâneo de empresas complementares na forma de um truste, o custo do treinamento seria pago pelo conjunto das empresas e pelo Estado. De acordo com o autor, esse é um exemplo da divergência pigouviana entre o produto marginal líquido social e privado, em que o primeiro é superior ao segundo. Isso significa que para uma empresa individual, não é lucrativo treinar a mão de obra, pois os trabalhadores podem vir a trabalhar em outra indústria. No entanto, do ponto de vista do Estado ou do conjunto das indústrias, o truste, esse seria o melhor tipo de investimento. (ROSENSTEIN-RODAN, 2010, p.268).

3. Keynes e a Socialização do Investimento

Esta seção pretende abordar o conceito da socialização do investimento no âmbito do pensamento de Keynes. A dimensão de análise será a do diagnóstico, ou seja, pretende-se investigar os motivos que levariam as economias de mercado a necessitarem de uma ampla socialização do investimento.

Ao final da sua *Teoria Geral*, John Maynard Keynes esboçou considerações substantivas com respeito à sua visão de sociedade, ao papel das liberdades individuais e a necessidade de uma reforma no sistema monetário internacional. É nesse bojo que o economista inglês insere a ideia de socialização do investimento e, de certa forma, esse conceito pode ser interpretado como um *meio* para que a sua filosofia social possa ser colocada em prática.

As ideias de Keynes sobre os limites da economia de mercado e a forma de atuação do Estado, são objetos de frequentes debates entre estudiosos de História do Pensamento Econômico e não parece haver um consenso com respeito a esses temas. Robert Skidelsky, por exemplo, importante biógrafo do autor, escreveu um artigo em 2011 no qual considera não ter atribuído a real importância ao papel da incerteza na biografia que escrevera sobre Keynes. Para Skidelsky (2011, p.2-5) a *Teoria Geral* é mergulhada pela questão da incerteza e é nessa perspectiva que os seus principais temas devem ser entendidos. Em especial, na ideia enfatizada por Keynes de que, em uma economia desregulada, é extremamente difícil manter um estado de expectativas compatível com o pleno emprego. Skidelsky destacou que, na perspectiva de Keynes, o investimento é dominado pela questão da incerteza²⁴.

Para compreender como Keynes vê a relação entre expectativas e volume de emprego é necessário enunciar brevemente o seu princípio da demanda efetiva, que será feito com base em Keynes (1996, p. 61-64) e Skidelsky (2011, p.2-5): (i) a demanda é efetiva no

²⁴ Skidelsky (2011, p. 03) argumenta que Keynes fez uma distinção fundamental entre risco e incerteza. Enquanto no primeiro caso é possível o cálculo de probabilidade, no segundo isso não é.

valor que iguala a demanda agregada com a oferta agregada. Os desequilíbrios entre essas duas variáveis são corrigidos via produto e emprego, e não via preços; (ii) O nível de emprego N que os empresários estão dispostos a ofertar depende de duas quantidades: D_1 , que é o gasto *esperado* em consumo pela comunidade e D_2 , que é o gasto *esperado* em novos investimentos. O gasto esperado em consumo é uma função estável da renda, a não ser que haja alguma mudança na propensão marginal a consumir da sociedade. Já o gasto esperado com investimento depende da relação entre a taxa de retorno *esperado* sobre os custos (eficiência marginal do capital) comparado à taxa de juros.

De acordo com o princípio da demanda efetiva, o volume corrente de emprego depende de duas expectativas, as de curto e as de longo prazo. As expectativas de curto prazo são as vendas esperadas com um dado estoque de capital. Já as de longo prazo são os retornos esperados do investimento em novos bens de capital, ao longo de toda a sua vida. Uma vez que o investimento é uma variável chave da demanda agregada em qualquer perspectiva dinâmica de análise, o volume corrente de produto e emprego depende fortemente das expectativas de longo prazo. No entanto, como o investimento é uma variável altamente instável, o produto e o emprego o são. (SKIDELSKY, 2011, p.02).

Colocados esses pontos, Keynes é muito cético com relação à possibilidade de uma economia descentralizada proporcionar o pleno emprego, devido à instabilidade do investimento, e propôs algumas medidas para mitigar essa tendência: o estímulo à propensão a consumir e à socialização do investimento. (KEYNES, 1996, p.341-346).

Com relação ao estímulo ao consumo, Keynes propôs aumentar a taxação sobre as heranças e diminuir a taxa de juros. Para o primeiro ponto, o autor propôs aumentar os impostos sobre as heranças, com vias a diminuir a taxação sobre a renda e o consumo da sociedade. Uma maior propensão a consumir resultaria em um incentivo maior ao investimento, caso a economia estivesse abaixo

do pleno emprego. Além disso, o economista britânico defendia uma taxa de juros moderadamente baixa no sentido de desestimular o *rentier*, processo conhecido como eutanásia do rentista. Keynes (1996, p.345), no entanto, é cético quanto a essas medidas e considera que a política bancária não levaria, por si mesma, a taxa de juros a um patamar de investimento ótimo. Dessa forma, o economista britânico entende que a única forma de proporcionar o pleno emprego numa economia de mercado é por meio da socialização do investimento.

Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. (KEYNES, 1996, p.345)

De acordo com Skideslky (2010, p.10), a ideia de socialização do investimento de Keynes não passava pela questão da nacionalização, mas sim por expandir o componente de utilidade pública do investimento e, desta forma, dar maior estabilidade à função investimento. Ou seja, a socialização do investimento seria uma forma do Estado garantir que a demanda efetiva mantenha-se em patamares adequados, garantindo a estabilidade necessária ao investimento privado e, assim, o volume de emprego e renda.

4. Um diálogo entre o Big Push a Socialização do Investimento

A partir dos diagnósticos e das soluções propostas por Keynes e Rosenstein-Rodan, é possível estabelecer algumas conexões teóricas entre o *Big Push* e a socialização do investimento. Esta seção não tem a pretensão de esgotar o tema, mas somente de levantar alguns aspectos e dimensões em que essa aproximação pode ser feita. Ou seja, será avaliado se o estudo conjunto dos dois conceitos pode levar a maiores ganhos interpretativos do que estudá-los separadamente.

Pretende-se mostrar que os autores possuem importantes convergências quanto aos diagnósticos, ou seja, quanto aos problemas que devem ser corrigidos em uma economia de mercado e esse será o eixo de comunicação entre as abordagens. Serão analisadas duas conexões principais: a da insuficiência da demanda e a do papel do Estado. É importante destacar que ambos os autores tinham grande preocupação com os rumos das sociedades em que viviam, e queriam construir um futuro em um mundo mais igualitário e sem guerras.

(a) A insuficiência de demanda

É possível sugerir que o problema premente da socialização do investimento e do *Big Push* é um problema de insuficiência de demanda. Keynes e Rosenstein-Rodan, cada um a seu modo, estavam preocupados com o nível de investimento corrente em uma economia de mercado e nenhum dos autores entendia que existia um mecanismo automático que levasse a economia ao pleno emprego. A divergência entre ambos decorre, em grande medida, de uma divergência de escopo. Enquanto a insuficiência de demanda de Rosenstein-Rodan decorria de um problema de falta de coordenação entre os setores da economia, problema típico de economias subdesenvolvidas, que possuem pequenos mercados internos, o escopo da insuficiência de demanda em Keynes ocorre em mercados mais desenvolvidos, cuja análise pode ser feita de forma agregada.

Rosenstein-Rodan (1961, p.61-62) identificou na indivisibilidade da demanda um serio obstáculo ao desenvolvimento. O exemplo da fábrica de sapatos mostra a dificuldade de coordenação existente em uma economia subdesenvolvida para realizar um nível ótimo de investimento. Isso porque, de forma isolada, os riscos de uma empresa encontrar um mercado adicional para os seus produtos são baixos, diminuindo o incentivo a não investir. Para o autor, o investimento somente ocorreria em um patamar maior se houvesse a criação de um conjunto de indústrias complementares de forma a garantir

mercado para todas as indústrias individuais, ou seja, de forma que indivisibilidade de demanda passasse de um obstáculo para uma fonte de economias externas para as empresas individuais. De acordo com o autor,

What was not true in the case of one single shoe factory will become true for the complementary system of one hundred factories and farms. The new producers will be each other's customers and will verify Say's Law by creating an additional market. The complementary of demand will reduce the risk of not finding a market. Reducing such interdependent risks naturally increases the incentive to invest. (ROSENSTEIN-RODAN, 1961, p.62. negrito meu).

O que é relevante nesse ponto da discussão é que, para o economista austríaco, a Lei de Say seria um caso particular, e não uma generalização do funcionamento da economia capitalista, pelo menos nos países subdesenvolvidos. Existe aqui um paralelo possível com o princípio da demanda efetiva de Keynes. O autor inglês talvez tenha sido o economista que mais tenha debatido esse tema, em especial, na *Teoria Geral*. Para Keynes (1996, p.40), a Lei de Say é incapaz de explicar o problema do desemprego e do ciclo econômico, pois supõe que a economia esteja sempre operando em sua capacidade máxima. Ao contrário, o economista inglês entende que a economia de mercado é incapaz de proporcionar o pleno emprego, devido ao processo de incerteza que envolve a decisão de investimento. É nesse sentido que Keynes propõe a socialização do investimento, como uma forma de garantir o pleno emprego.

(b) Papel do Estado

É possível afirmar, sob um olhar panorâmico, que ambos os autores querem investigar armadilhas de desenvolvimento causadas pela economia de mercado. Enquanto Keynes estava preocupado em explicar a existência de armadilhas de alto desemprego, Rosenstein-Rodan estava preocupado em caracterizar armadilhas de subdesenvolvimento. É nesse contexto que o *Big Push* e a socialização do investimento devem ser vistas, como formas de intervenção e correção de uma economia

descentralizada. Pretende-se argumentar aqui que há forte convergência entre o tipo de intervenção estatal defendida pelos autores, marcada por uma necessidade de uma participação mais ativa do Estado na vida econômica, no sentido de garantir a viabilidade do investimento privado e não como um aumento da estatização da economia *per se*.

A intervenção estatal defendida por Rosenstein-Rodan é uma condição necessária para a realização do *Big Bush*, uma vez que está ancorada nas indivisibilidades e não apropriabilidades do processo de desenvolvimento. A indivisibilidade da demanda está relacionada ao empreendimento idealizado pelo autor, relacionado à industrialização em larga escala, na forma de um conjunto de indústrias complementares. De acordo com Rosenstein-Rodan (2010, p.266-267) a viabilidade desse projeto depende de um marco institucional diferente do vigente na industrialização ocorrida no século XIX. O autor argumenta que o aumento dos riscos políticos do investimento internacional e dos custos fixos das empresas são maiores em seu tempo e que outro tipo de intervenção do Estado seria necessário.

A supervisão e garantia do Estado podem, portanto, reduzir substancialmente os riscos e, por esse motivo, representam *conditio sine qua non* para o investimento internacional na ampla escala necessária. A participação ativa do Estado na vida econômica é um fator que precisa ser levado em consideração como um dado novo. (ROSENSTEIN-RODAN2010, p.266-267).

A passagem acima sugere que a participação do Estado na formação desse bloco de indústrias se dá mais pela diminuição dos riscos do investimento privado do que pela participação direta do Estado como ofertante direto de bens e serviços. Outra justificativa dada pelo economista austríaco para a maior presença do Estado são as economias externas tecnológicas ligadas ao treinamento da mão de obra. Conforme discutido anteriormente, a capacitação da mão de obra é muito custosa para um empresário individual, uma vez que ele não pode se apropriar desse aumento de produtividade.

Rosenstein-Rodan afirma que nesse campo o automatismo do *laissez-faire* nunca logrou bons resultados, mas que, no entanto, este seria um ótimo investimento para o Estado ou para o conjunto das empresas, uma vez que o produto social líquido do investimento em capital humano é maior do que o privado. (ROSENSTEIN-RODAN, 2010, p.268).

Outro campo de atuação que Rosenstein-Rodan parece ter deixado em aberto para a atuação do Estado é na oferta de infraestrutura social, ligada à instalação prévia de uma rede de energia, transporte e comunicações. Esses são exemplos de indivisibilidades na função de produção, pois exigem grande investimento inicial para a sua construção e geram retornos crescentes, pois criam oportunidades de investimento a outras indústrias. Dado que Rosenstein-Rodan (1961, p.61) avalia que essas indivisibilidades representam o maior obstáculo ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é possível sugerir que ele defendesse esse tipo de atuação do Estado.

5. Considerações Finais

Não cabe aqui discutir o papel do Estado nas obras de Keynes e de Rosenstein-Rodan, questão que foge ao escopo desse trabalho. No entanto, discutir como ocorre a ação do Estado na socialização do investimento e no *Big Push*, parece uma questão relevante. Com relação ao *Big Push*, conforme discutido anteriormente, a participação do Estado parece estar vinculada ao papel de um planejador e garantidor do investimento privado, ou seja, não se trata de uma visão estatizante de *Big Push*. É importante destacar que o planejamento em Rosenstein-Rodan deve ser feito setorialmente, o que exigiria grande esforço técnico. Com relação à socialização do investimento, o Estado também não atua como um produtor direto, mas sim como um agente que proverá estabilidade ao setor privado, necessária para garantir o pleno emprego.

Talvez uma questão que sintetize a importância do Estado na socialização do investimento e no *Big Push* esteja nas palavras de Skidelsky (2011, p.10) sobre o primeiro. Mais importante do que

participar como produtor direto ou não, é o Estado reconhecer o caráter público do investimento e, assim, garantir a sua estabilidade. Essa questão é essencial em ambas as abordagens por que o investimento é o elemento que tirará as economias de mercado das armadilhas em que se encontram.

6. Referências Bibliográficas

ROSENSTEIN-RODAN, P.N. [1943] Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

ROSENSTEIN-RODAN, P.N. *Natura facit saltum: analysis of the disequilibrium growth process*. In: MEIER, G.M. e SEERS, D. (Org). *Pioneers of Development*. Washington D.C.: Oxford Univesity Press, 1984.

ROSENSTEIN-RODAN, P.N. Notes on the Theory of the Big Push. in Howard S. Ellis (ed.) for Latin America, Macmillan & Co., 1961.

SKIDELSKY, Robert. *The relevance of Keynes*. Cambridge Journal of Economics, Vol. 35, issue 1, pp. 1-13. Monday, January 17, 2011.